

MEC aceita discutir reajuste diferenciado

Governo exige, porém, que professores das federais voltem logo ao trabalho

Hugo Marques

• **BRASÍLIA.** O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Abílio Baeta, disse ontem que o MEC está aberto à discussão de percentuais diferenciados de reajuste para os professores de instituições federais de ensino superior, que hoje completam 57 dias em greve. O MEC, no entanto, só vai discutir novas fórmulas de reajuste caso os professores retornem ao trabalho até quinta-feira.

Baeta alertou ontem que a negociação deve ser rápida, para que haja tempo para o Governo ajudar a aprovar projeto de lei com sugestão de reajuste no Congresso. O MEC não repassou às universidades os depósitos para o pagamento de salários de professores. Os dias cortados, no entanto, serão repostos se a categoria voltar ao trabalho.

Mais de 41 mil professores não recebem salário

Mais de 41 mil professores ficaram sem receber. Somente 3,2% dos 42.575 professores universitários que não se encontram em greve receberam ontem seus salários. Os professores realizam hoje assembleias em todo o país

para decidir os rumos da greve.

— Queremos discutir percentuais de reajuste com os professores. Há várias fórmulas. O aumento tem de ser feito via projeto de lei, que tem de estar aprovado no Congresso até 30 de junho, no máximo — disse Baeta.

Para o Governo, depois de junho não será mais possível aprovar matérias no Congresso. Segundo o secretário, o Governo está disposto a trabalhar com o Congresso para que seja aprovado, o mais rapidamente possível, um projeto de lei aumentando os salários. Baeta disse que o Programa de Incentivo a Docentes (PID), que aumentava os valores das bolsas de estudo, foi reprovado pelos professores, mas o MEC tem vários outros tipos de proposta. O aumento dos professores poderá ser feito por intermédio de gratificação.

O MEC cortou os salários de 41.186 professores de instituições federais de ensino superior. Receberam os salários apenas 1.386 professores, de oito instituições onde não houve greve, entre elas a Faculdade de Medicina de Uberaba (MG) e a Faculdade de Ciências Médicas do Pará. A folha mensal dos professores é de R\$ 95.928.724,86. A folha mensal dos

aposentados é de R\$ 69.250.630,78. Com os pensionistas, o MEC gasta R\$ 7.761.277,95 por mês.

A presidente do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes), Maria Cristina Moraes, disse que os professores não aceitam as condições impostas pelo MEC para negociar com a categoria, que inclui a volta às aulas. Os professores votam até o fim da tarde de hoje, em todo o país, a proposta do Comando Nacional de Greve, que é de continuidade da paralisação.

Alunos aderem à paralisação, em apoio aos professores

Estudantes de instituições federais de ensino iniciaram ontem greve por tempo indeterminado, mas o MEC não tinha avaliação sobre a amplitude do movimento. Maria Cristina disse que a greve dos estudantes ajuda os professores:

— Os estudantes em greve ajudam. Há um mito de que a greve dos professores prejudicaria os estudantes. Isto mostra que nossa greve tem um conteúdo de resistência ao sucateamento das universidades.

Ela acrescentou que a Andes tem recebido apoio de vários re-

tores, que não têm repassado ao MEC informações sobre quadro dos professores em greve. Segundo a presidente da Andes, a falta de informações inviabilizará o corte oficial dos dias parados:

— Isto mostra a autonomia das universidades. Os professores não têm cartão de ponto.

Maria Cristina não acredita que a greve, por mais longo que seja o tempo de duração, prejudique o semestre. O MEC teme que uma greve por tempo muito prolongado atrapalhe a realização de todo o semestre letivo. A presidente da Andes disse que a greve dos professores em 1991 durou mais de cem dias e ninguém perdeu o semestre letivo. Segundo ela, os professores só deverão voltar às aulas quando o MEC apresentar uma proposta concreta.

A Fasubra, federação que representa os servidores de universidades, divulgou ontem nota afirmando que o fim da greve pode estar próximo. A suspensão do movimento depende ainda de formalização de medidas concretas do MEC, atendendo às reivindicações da categoria. O MEC já informou à entidade que poderá atender à sua principal reivindicação: a reorganização das carreiras técnico-administrativas. ■